

# Edifícios antigos na resposta a novas exigências



Ao longo do século XIX os museus multiplicaram-se na Europa, com recurso a palácios, conventos e outros edifícios geralmente de grandes dimensões que foram perdendo o uso inicial. Mais tarde, num ou noutro caso, e aproveitando também entretanto fábricas desactivadas, começaram a ser construídos edifícios de raiz destinados a funções museológicas, muitas vezes de carácter monumental.



Castelo de Faro, visto da Ria, onde está a instalar-se o Museu Municipal (vide pág. 10 desta revista).

Tratava-se então de salvaguardar, reunir e mostrar ao público obras de arte ou artefactos de interesse histórico, albergando-os em condições melhores ou piores sob a protecção estatal, de entidades locais ou de alguns mecenas de vulto. Entretanto, nos últimos anos, tornaram-se eles próprios por vezes construções emblemáticas e por isso objecto de visita e de chamariz para as cidades onde foram implantados. Mas é no quadro da reconversão e reutilização de estruturas e espaços pré-existentes que o caso nos interessa aqui. Até há poucas décadas, os museus foram quase exclusivamente repositórios e lugares para exposição do a-

cervo, tendo como apoio espaços para reservas, já que nem tudo o que se havia reunido podia ou merecia ser objecto de contemplação. Num ou noutro caso existiam ainda oficinas de restauro, apoiadas por vezes em laboratórios de pesquisa e ensaio. Assistiu-se entretanto a uma evolução de raiz sócio-cultural que tem vindo a ampliar e diversificar as funções atribuídas aos museus, exigindo novos espaços e equipamentos:

locais para exposições temporárias, centros de investigação e documentação, actividades de tipo educativo e de divulgação cultural, etc. - tudo no âmbito das respectivas áreas temáticas. Ao mesmo tempo, modernas tecnologias tornaram possível criar condições para uma melhor

preservação dos acervos. É assim que, para além do adequado e muitas vezes sofisticado equipamento das áreas de exposição e reserva, se tem tornado necessária a criação de espaços adicionais, como auditórios, cafetarias, arquivos, oficinas e laboratórios, gabinetes de trabalho equipados com os meios técnicos hoje disponíveis em termos de segurança, climatização, iluminação, reprodução, audiovisual, etc.

É na resposta a todos estes requisitos que a reutilização de edifícios antigos tem conhecido crescentes exigências, por vezes de difícil compatibilização com as pré-existências e com a necessidade de preservar o

seu carácter. Essa compatibilização, para além de exigir estudos técnicos aturados e adaptados às condições específicas de cada caso, implica um diálogo difícil, mas também estimulante, das construções antigas com os modernos artefactos técnicos e com as expressões espaciais e linguísticas da contemporaneidade.

Por um lado, sucede que o enquadramento das obras patentes ao público, por razões de segurança ou de adequadas condições de preservação e exposição, exige a criação de envólucros que podem atingir as dimensões e o carácter de verdadeiras construções no interior dos espaços pré-existentes, introduzindo aí, de forma muito afirmativa, novas linguagens e tecnologias.

Por outro lado, o enorme arsenal hoje exigido de condutas, aparelhos e artefactos tecnológicos, necessários para o correcto funcionamento das instalações, já não pode (nem deve) ser embebido no interior das paredes ou escondido por detrás de cornijas e platibandas - intrometendo-se vigorosamente na ordem espacial pré-existente. É por isso que a reconversão de edifícios antigos em espaços museológicos ultrapassa hoje os limites de uma mera adaptação ou reutilização, constituindo, em termos de arquitectura, um interessante desafio. 

\* Arquitecto